

## FDDI – REUNIÃO DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2005

**Participaram:** CTI, CCPY, CIMI, COIAB, DELEGAÇÃO INDÍGENA POTIGUARA, FRENTE PARLAMENTAR, INESC e MPF.

A reunião aconteceu na sede de Secretaria Executiva, entre as 9:30 e 12:30hs. A discussão sobre cada um dos itens da Pauta concluiu com os seguintes encaminhamentos.

### 1 – Informes

- ***Campanha Yvy Katu***

→ Foi oportuna e fez que as autoridades contatadas reagissem. A iniciativa surtiu efeito.

- ***Pedir do MPF acionar MJ sobre paralisia na regularização das Terras Indígenas.***

→ Marco Paulo irá conferir se o pedido foi encaminhado.

- ***Solicitar da Funai a relação das 160 Terras Indígenas em processo de regularização, segundo o Presidente da Funai.***

→ Não houve, até a data, resposta da Presidência do órgão indigenista.

- ***Ação articulada do FFDI e da Frente Parlamentar***

→ Luiz Felton falou sobre a necessidade de uma atuação mais articulada entre as entidades do Fórum e a coordenação da Frente Parlamentar sobre questões como o agendamento de audiências para lideranças ou delegações indígenas. Às vezes a solicitação vem através de um parlamentar ou de membros de entidades da região ou do estado de onde os índios vêm, mas normalmente o pedido acaba na coordenação da Frente.

→ Respeitando a liberdade e autonomia de cada instituição, recomenda-se interagir mais com a coordenação da Frente Parlamentar, visando ações sincronizadas, a ocupação de mais espaços e o funcionamento potencializado e regular da Frente.

### 2 - Delegação Indígena Guarani em Brasília - Julgamento pelo STJ do Mandato de Segurança nº 10.269 (Terra Indígena Yvy Katu)

- Segundo o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães, 40 lideranças guarani, de Mato Grosso do Sul, representantes de 10 territórios tradicionais (Tekohá) diferentes, estão em Brasília para acompanhar o julgamento pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) do Mandado de Segurança nº 10.269, contra a Terra Indígena Yvy Katu, no próximo dia 14 de setembro de 2005. Os índios tentarão convencer os Ministros para que o julguem improcedente, a fim de restaurar os efeitos jurídicos da Portaria Declaratória dos limites da Terra Indígena Yvy Katu, possibilitando sua demarcação e posterior homologação pelo Presidente da República.

→ Três audiências estão confirmadas para o dia 13/09, na parte da tarde. A os outros ministros os índios entregarão a reivindicação por escrito.

→ Tendo como referência texto proposto por Paulo Machado Guimarães, a Secretaria Executiva do Fórum e cada entidade membro por separado enviarão mensagens aos Ministros da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em apoio ao povo Guarani-Nhandeva.

→ Se pede que todos os que puderem marquem presença no Plenário da 1ª Seção do STJ, para acompanhar o julgamento, no dia 14 de setembro, a partir das 14:00hs.

→ A delegação indígena Potiguara deverá marcar presença, em solidariedade aos Guarani do MS.

### **3 - Retomada do julgamento do Mandado de Segurança nº 21.896, no STF, impugnando o Decreto de 1993, que homologou a demarcação da Terra Indígena Jacaré de São Domingos, tradicionalmente ocupada pelos Potiguara, no Estado da Paraíba.**

- O julgamento será no Plenário do STF, a partir das 14:00hs.
  - Se procederá da mesma forma como foi decidido para o caso Yvy Katu. Ou seja, deverão enviar-se mensagens, em nome do colegiado e por parte de cada entidade, a cada um dos ministros que julgarão o caso Potiguara. Deveremos ressaltar nas mensagens o risco de sentar precedentes caso o *mandato não seja indeferido*. Em efeito, a impugnação da homologação da Terra Indígena Jacaré de São Domingos, poderá implicar numa brutal redução das terras imemorais do povo Potiguara. A Terra Indígena Jacaré de São Domingos é parte da Área Indígena Monte-Mor. Se a decisão for contrária aos índios, corre-se o risco de instalação de conflito com resultados imprevisíveis, uma vez que povo Potiguara pretende resistir e defender seu território até as últimas consequências.

→ Se pede o comparecimento do maior número de pessoas para acompanhar o julgamento.

→ Espera-se que as lideranças guarani acompanhem o julgamento, em solidariedade ao povo Potiguara.

#### **4 – Preparação da participação indígena no GT Interministerial**

- Por conta do julgamento do caso da Terra Indígena Jacaré de São Domingos, a reunião com as lideranças indígenas que participam da reunião do Grupo de Trabalho Interministerial de Política Indigenista foi marcada para as **17:00hs**, na sede da **Secretaria Executiva do Fórum**. Espera-se contar com o maior número possível de líderes indígenas e membros do FDDI.

#### **5 - Análise e encaminhamentos do Levantamento de Terras Indígenas reivindicadas pelos povos indígenas**

- Há um evidente abismo entre os dados levantados pelo FDDI e o manejados pelo Presidente da Funai, Mércio Gomes. Registramos 511 Terras Indígenas sem Portaria Declaratória, sem procedimento administrativo de demarcação. As informações da própria Funai são contraditórias. O Departamento Fundiário fala de 230 Terras Indígenas, o presidente do órgão fala em 160, e a coordenadora do Departamento de Identificação e Delimitação, de 210.

→ O levantamento do FDDI deve ser completado e melhor estruturado, numerando as Terras Indígenas, explicitando a sua fase de demarcação (registrada, homologada, declarada por portaria, em identificação, aguardando portaria, paralisada no limbo administrativo...), a situação administrativa, o contexto político e social de cada uma e as fontes consultadas.

→ A preocupação não é ter um frio banco de dados, para não entrar no jogo da disputa de dados estatísticos ou na guerra de gráficos com a Funai.

→ O diagnóstico das Terras Indígenas deve ser pensado como instrumento para o embate político, para contestar o levantamento oficial, as infundadas justificativas e a lógica da burocracia que leva a Funai a se ver como a única responsável para dizer quem é ou não é índio.

→ O levantamento aprimorado será fechado a partir de proposta inicial de Marco Paulo (MPF), com o apoio de Paulo Machado Guimarães (Cimi), Gilberto Azanha (CTI) e Ricardo Verdum (INESC).

→ O levantamento, apesar de sua função política, por sugestão de Luiz Fenelon, deve ser aproveitado para ser a base de um banco de dados do FDDI

sobre Terras Indígenas, que poderá ser atualizado, de acordo com as necessidades e os acontecimentos, pelo menos de 6 em 6 meses.

→ O INESC aceitou o compromisso de viabilizar a construção desse banco de dados.

## **5 - Discussão sobre a proposta governamental de Aquisição de Terras para Povos Indígenas**

- A proposta do governo parece decorrer da preocupação em resolver o problema fundiário, principalmente a partir do caso de Mato Grosso do Sul, mas fere o Art. 231 da CF.
- A proposta pode estar sendo pensada porque pode ser mais fácil pagar a terra aos "proprietários", do que efetivar a demarcação. Facilita a vida aos invasores. Mas o 231 é claro: se a terra é tradicionalmente ocupada, a administração pública não tem outro caminho, tem que demarca-la, cumprindo as responsabilidades decorrentes (indenizações para ocupantes de boa fé, reassentamentos etc.).
- Há outras medidas que não a proposta do Governo e que não ferem o caminho estabelecido pela CF?

→ É preciso aprofundarmos a discussão desta questão. Nesse sentido, propõe-se a realização de um Seminário do FDDI sobre a Proposta do Governo de Aquisição de Terras para Povos Indígenas, para definirmos um entendimento comum que possa ser contraposto a esta iniciativa.

→ A realização do Seminário ficou marcada para a sexta-feira, 21 de outubro próximo, com a participação de todos os membros do colegiado do FDDI e de convidados de outras instituições (Sexta Câmara, ABA etc.). A idéia é termos um debate amplo.

→ Gilberto Azanha (CTI) e Paulo M. Guimarães (Cimi) ficaram responsáveis para elaborar subsídios para motivar a discussão.

→ Os outros membros do FDDI que disponham de mais elementos sobre a proposta do Governo e tem uma leitura já elaborada sobre a mesma se espera que também socializem estas informações.

## **6 - Conferência Regional dos Povos Indígenas dos Estados de Tocantins, Goiás e parte de Mato Grosso, organizada pela Funai.**

- A Conferência será realizada em Pirenópolis, no período de 17 a 23 de setembro.
- Consta na Programação, como palestrantes, o FDDI e o assessor jurídico do Cimi, Paulo Machado Guimarães. Ficamos sabendo do fato através de uma circular –convite eletrônico- encaminhado a todos os envolvidos.

→ A decisão do FDDI é responder o convite por escrito, durante a próxima reunião do GTI de Política Indigenista (16/09).

No documento há que registrar que o procedimento da Funai continua atropelando tudo o que foi discutido desde a mobilização indígena de Abril, e a expectativa de que esse processo de consulta, de conferências regionais, seja revisto pela Comissão Nacional de Política Indigenista, como foi cobrado durante a última reunião do GTI, em 22 de agosto. Há que se lembrar também que nada resolve o fato de chamar o Fórum e as organizações e lideranças indígenas somente como participantes ou palestrantes. A demanda inicial de participar na organização, definição da Programação, de quem participa e da própria coordenação das conferências permanece. O convite da Funai, dessa maneira, não pode ser considerada.

7 - A audiência com o Senador PEDRO SIMON, ficou marcada para o dia 19/09 (segunda-feira), às 17:30h, no Senado Federal - Ala Alexandre Costa - Gabinete 03. Objetivo: pedir que seja o relator das PEC's 03 e 038.

Brasília, 14 de setembro de 2005.

**A Secretaria Executiva do FDDI**